FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
CAPÍTULO I – DAS FINALIDADES	CAPÍTULO I – DAS FINALIDADES
<p>Artigo 1º - Este Regulamento tem por finalidade instituir o PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ - PAN, da FUNDAÇÃO NESTLÉ DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, doravante denominada Fundação, estabelecendo normas, pressupostos e requisitos para a concessão e manutenção dos benefícios nele previstos.</p> <p>Parágrafo único - O PAN é estruturado na modalidade de Contribuição Definida.</p>	<p>Artigo 1º - Este Regulamento tem por finalidade instituir o PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN (“Plano” ou “PAN”), administrado pela FUNDAÇÃO NESTLÉ DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, doravante denominada Fundação, estabelecendo normas, pressupostos e requisitos para a concessão e manutenção dos benefícios nele previstos.</p> <p>Parágrafo único - O PAN é estruturado na modalidade de Contribuição Definida.</p>
<p>Artigo 6º - Considera-se Assistido o Participante ou seu Beneficiário em gozo do benefício de prestação continuada assegurado pelo PAN.</p>	<p>Artigo 6º - Considera-se Assistido o Participante ou seu Beneficiário em gozo do benefício de prestação continuada assegurado pelo PAN.</p> <p>Parágrafo Único – Neste Regulamento, quando utilizado o termo Participante Assistido, este referir-se-á exclusivamente ao Participante em gozo de benefício, não abrangendo aqueles que, na condição de Beneficiário, estejam em gozo de benefício.</p>
Seção III – Dos Beneficiários	Seção III – Dos Beneficiários
<p>Artigo 7º - São Beneficiários os dependentes do Participante, assim reconhecidos pela Previdência Social, devidamente inscritos no PAN.</p> <p>Parágrafo único - Na ausência de Beneficiários, o Participante poderá indicar livremente na proposta de inscrição, ou em qualquer época, a(s) pessoa(s) designada(s) para receber o Saldo Total, em caso de morte, na forma do parágrafo único do artigo 33.</p>	<p>Artigo 7º - São Beneficiários os dependentes do Participante, assim reconhecidos pela Previdência Social.</p> <p>§ 1º - O Participante poderá indicar livremente na proposta de inscrição, ou em qualquer época, uma ou mais Pessoas Designadas que, no caso do seu falecimento e inexistindo Beneficiários, receberão o Saldo Total ou o seu remanescente, conforme o caso, nos termos previstos neste Regulamento, indicando também a proporção que deverá ser destinada a cada uma delas.</p> <p>§ 2º - Serão habilitadas na condição de Beneficiários as pessoas que, por ocasião do falecimento do Participante, se enquadrem no requisito previsto no “caput”.</p>
Seção IV – Da Inscrição	Seção IV – Da Inscrição
<p>Artigo 9º - A inscrição é facultativa e far-se-á mediante a assinatura de formulário fornecido pela Fundação.</p> <p>Parágrafo único - No ato da inscrição, será entregue ao Participante ou Assistido um exemplar do Estatuto e do(s) Regulamento(s) da Fundação, além de material explicativo que descreva em linguagem simples as características do PAN.</p>	<p>Artigo 9º - A inscrição é facultativa e far-se-á mediante a assinatura de formulário fornecido pela Fundação.</p> <p>§ 1º - No ato da inscrição, será entregue ao Participante ou Assistido um exemplar do Estatuto da Fundação e do Regulamento do Plano, além de material explicativo que descreva em linguagem simples as características do PAN.</p> <p>§ 2º - Os Participantes, Assistidos e Beneficiários do Plano de Aposentadoria Programada – PAP, Plano de Aposentadoria Programada II – PAP II e Plano Suplementar, administrados pela Fundação, não poderão se inscrever simultaneamente no PAN.</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>Artigo 17 - O Participante contribuirá para este Plano na seguinte forma:</p> <p>I - Contribuição Básica, mensal e obrigatória, determinada pela aplicação de percentual livremente escolhido entre 1%, 2%, 3%, 4% ou 5%, incidente sobre o Salário-Base, que constituirá o Fundo A;</p> <p>II - Contribuição Adicional, mensal e facultativa, determinada pela aplicação de percentual livremente escolhido entre 1%, 2%, 3%, 4%, 5%, 6% ou 7%, incidente sobre o Salário-Base, que constituirá o Fundo B; e</p> <p>III - Contribuição Voluntária, de valor e periodicidade livremente escolhidos pelo Participante, dentro dos limites estabelecidos no Plano Anual de Custeio, que constituirá o Fundo C.</p> <p>§ 1º - Os recursos financeiros objeto de Portabilidade recebidos por este Plano constituirão o Fundo G.</p> <p>§ 2º - Observada a periodicidade estabelecida pela Fundação e os limites fixados neste Regulamento e no Plano Anual de Custeio, o Participante poderá alterar os percentuais de Contribuição Básica, Adicional e Voluntária, mediante comunicação por escrito à Patrocinadora.</p> <p>§ 3º - A Fundação manterá com as Patrocinadoras sistema para desconto em folha de pagamento da contribuição devida pelos Participantes.</p>	<p>Artigo 17 - O Participante contribuirá para este Plano na seguinte forma:</p> <p>I - Contribuição Básica mensal determinada pela aplicação de percentual livremente escolhido entre 1%, 2%, 3%, 4% ou 5%, incidente sobre o Salário-Base, que constituirá o Fundo A;</p> <p>II - Contribuição Adicional mensal determinada pela aplicação de percentual livremente escolhido entre 1%, 2%, 3%, 4%, 5%, 6% ou 7%, incidente sobre o Salário-Base, que constituirá o Fundo B; e</p> <p>III - Contribuição Voluntária, de valor e periodicidade livremente escolhidos pelo Participante, dentro dos limites estabelecidos no Plano Anual de Custeio, que constituirá o Fundo C.</p> <p>§ 1º - Os recursos financeiros objeto de Portabilidade recebidos por este Plano constituirão o Fundo G.</p> <p>§ 2º - Observada a periodicidade e os procedimentos estabelecidos pela Fundação, será facultado ao Participante alterar os percentuais de Contribuição Básica, Adicional e Voluntária, respeitados os limites fixados neste Regulamento e no Plano Anual de Custeio.</p> <p>§ 3º - Ao Participante será conferida a faculdade de solicitar a suspensão de suas Contribuições ao Plano, observados os procedimentos para tanto estabelecidos pela Fundação. A suspensão poderá ser solicitada para vigorar pelo prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável por novos períodos de até 12 (doze) meses. O pedido de suspensão de Contribuições, assim como de renovação ou de eventual retomada antes de findo o prazo inicialmente assinalado pelo Participante, deverá ser feito de forma expressa pelo Participante e será implementado pela FUNDAÇÃO no prazo de até 60 (sessenta) dias. Findo o prazo solicitado pelo Participante, sem que haja solicitação expressa de renovação, será automaticamente retomado o recolhimento das Contribuições Básica e Adicional, de acordo com o último percentual que se encontrava em vigor antes da suspensão. A eventual suspensão de Contribuições não alcançará as contribuições de natureza coletiva, de modo que o Participante, nessa hipótese, deverá manter o pagamento de eventuais contribuições devidas para custeio administrativo, quando for o caso.</p> <p>§ 4º - A suspensão de contribuições não implicará a perda da condição de</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO																
<p>§ 4º - As Contribuições Voluntárias recolhidas na forma do parágrafo anterior ficarão limitadas a 15% (quinze por cento) do Salário-Base, facultando-se ao Participante realizar pagamentos adicionais por meio de cheque, depósito identificado ou boleto bancário.</p>	<p>Participante, ficando, entretanto, automaticamente suspensas as Contribuições de Patrocinadora.</p> <p>§ 5º - A Fundação manterá com as Patrocinadoras sistema para desconto em folha de pagamento da contribuição devida pelos Participantes.</p> <p>§ 6º - As Contribuições Voluntárias recolhidas na forma do parágrafo anterior ficarão limitadas a 15% (quinze por cento) do Salário-Base, facultando-se ao Participante realizar pagamentos adicionais por meio de cheque, depósito identificado ou boleto bancário.</p>																
<p>Artigo 18 - As Patrocinadoras contribuirão para este Plano da seguinte forma:</p> <p>I - Contribuição Básica, mensal e de valor correspondente a 100% (cem por cento) da Contribuição Básica do Participante, que constituirá o Fundo D;</p> <p>II - Contribuição Adicional, que constituirá o Fundo E, será mensal e de valor resultante da aplicação do percentual incidente sobre a Contribuição Adicional do Participante que tenha Salário-Base igual ou superior a 15 Unidades Previdenciárias, percentual esse que será determinado com base no tempo de vinculação empregatícia ou exercício de cargo de direção na Patrocinadora e/ou nas empresas controladas ou coligadas à Patrocinadora Instituidora, computado no dia 31 de dezembro de 2014, conforme tabela abaixo:</p> <table border="1" data-bbox="331 847 853 1114"> <thead> <tr> <th>Tempo de vinculação em 31/12/2014</th> <th>Percentual aplicável</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até 20 anos incompletos</td> <td>50%</td> </tr> <tr> <td>Entre 20 anos completos e 25 anos incompletos</td> <td>75%</td> </tr> <tr> <td>A partir de 25 anos completos</td> <td>200%</td> </tr> </tbody> </table> <p>III - Contribuição Voluntária, voluntária e de valor e periodicidade livremente determinados pelas Patrocinadoras, que constituirá o Fundo F.</p> <p>§ 1º - A Unidade Previdenciária corresponde a R\$ 869,90 (oitocentos e sessenta e nove reais e noventa centavos) em 1º de novembro de 2016, e será atualizada na mesma época e pelo mesmo índice aplicado pela Nestlé Brasil Ltda. em caráter geral para o reajuste salarial dos seus empregados.</p> <p>§ 2º - Por meio de critério equânime e não discriminatório, o Conselho Deliberativo da Fundação determinará o rateio da Contribuição Voluntária de que trata o inciso III deste artigo, entre os Participantes que mantenham vínculo de emprego ou diretivo com a Patrocinadora.</p>	Tempo de vinculação em 31/12/2014	Percentual aplicável	Até 20 anos incompletos	50%	Entre 20 anos completos e 25 anos incompletos	75%	A partir de 25 anos completos	200%	<p>Artigo 18 - As Patrocinadoras contribuirão para este Plano da seguinte forma:</p> <p>I - Contribuição Básica, mensal e de valor correspondente a 100% (cem por cento) da Contribuição Básica do Participante, que constituirá o Fundo D;</p> <p>II - Contribuição Adicional, que constituirá o Fundo E, será mensal e de valor resultante da aplicação do percentual incidente sobre a Contribuição Adicional do Participante que tenha Salário-Base igual ou superior a 15 Unidades Previdenciárias, percentual esse que será determinado com base no tempo de vinculação empregatícia ou exercício de cargo de direção na Patrocinadora e/ou nas empresas controladas ou coligadas à Patrocinadora Instituidora, computado no dia 31 de dezembro de 2014, conforme tabela abaixo:</p> <table border="1" data-bbox="1310 847 1832 1114"> <thead> <tr> <th>Tempo de vinculação em 31/12/2014</th> <th>Percentual aplicável</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até 20 anos incompletos</td> <td>50%</td> </tr> <tr> <td>Entre 20 anos completos e 25 anos incompletos</td> <td>75%</td> </tr> <tr> <td>A partir de 25 anos completos</td> <td>200%</td> </tr> </tbody> </table> <p>III - Contribuição Voluntária, facultativa, de valor e periodicidade livremente determinados pelas Patrocinadoras, que constituirá o Fundo F.</p> <p>§ 1º - A Unidade Previdenciária corresponde a R\$ 1.002,61 (um mil e dois reais e sessenta e um centavos) em 1º de novembro de 2020, e será atualizada pelo índice estabelecido pela Fundação, determinado com base nos índices aplicados pela Nestlé Brasil Ltda. em caráter geral para o reajuste salarial dos seus empregados.</p> <p>§ 2º - Por meio de critério equânime e não discriminatório, o Conselho Deliberativo da Fundação determinará o rateio da Contribuição Voluntária de que trata o inciso III deste artigo, entre os Participantes que mantenham</p>	Tempo de vinculação em 31/12/2014	Percentual aplicável	Até 20 anos incompletos	50%	Entre 20 anos completos e 25 anos incompletos	75%	A partir de 25 anos completos	200%
Tempo de vinculação em 31/12/2014	Percentual aplicável																
Até 20 anos incompletos	50%																
Entre 20 anos completos e 25 anos incompletos	75%																
A partir de 25 anos completos	200%																
Tempo de vinculação em 31/12/2014	Percentual aplicável																
Até 20 anos incompletos	50%																
Entre 20 anos completos e 25 anos incompletos	75%																
A partir de 25 anos completos	200%																

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>§ 3º - As contribuições da Patrocinadora em favor do Participante cessam automaticamente com a rescisão do vínculo empregatício ou de direção, assim como na hipótese de cancelamento de sua inscrição no PAN.</p> <p>§ 4º - O tempo de vinculação empregatícia ou em exercício de cargo de direção posterior a 31 de dezembro de 2014 não acarretará elevação do percentual da Contribuição Adicional.</p>	<p>vínculo de emprego ou diretivo com a Patrocinadora.</p> <p>§ 3º - As contribuições da Patrocinadora em favor do Participante cessam automaticamente com a rescisão do vínculo empregatício ou de direção, assim como na hipótese de cancelamento de sua inscrição no PAN. Da mesma forma, ficarão suspensas as contribuições da Patrocinadora em caso de suspensão de contribuições pelo Participante, conforme previsto no artigo 17, § 3º.</p> <p>§ 4º - O tempo de vinculação empregatícia ou em exercício de cargo de direção posterior a 31 de dezembro de 2014 não acarretará elevação do percentual da Contribuição Adicional.</p>
<p>Artigo 19 - As contribuições dos Participantes descontadas em folha de pagamento pelas Patrocinadoras, juntamente com suas próprias contribuições, deverão ser repassadas à Fundação até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de competência.</p> <p>§ 1º - As contribuições dos Autopatrocinados e Vinculados deverão ser recolhidas no mesmo prazo, diretamente à Fundação.</p> <p>§ 2º - A inobservância do prazo assinalado implicará pagamento de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o total do débito, além de atualização monetária, sendo os recursos referentes à penalidade destinados ao fundo previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar.</p>	<p>Artigo 19 - As contribuições dos Participantes descontadas em folha de pagamento pelas Patrocinadoras, juntamente com suas próprias contribuições, deverão ser repassadas à Fundação até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de competência.</p> <p>§ 1º - As contribuições dos Autopatrocinados e Vinculados deverão ser recolhidas no mesmo prazo, diretamente à Fundação, observados os procedimentos por ela estabelecidos.</p> <p>§ 2º - A inobservância do prazo assinalado implicará pagamento de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o total do débito, além de atualização monetária, sendo os recursos referentes à penalidade destinados ao fundo previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar.</p>
<p>Seção II – Dos Fundos de Quotas</p>	<p>Seção II – Dos Fundos de Quotas</p>
<p>Artigo 20 - Os recursos previstos na Seção anterior serão transformados em quotas patrimoniais do PAN e comporão os Fundos A, B, C, D, E, F e G referidos nos artigos anteriores, para cada Participante.</p> <p>Parágrafo único - A soma dos saldos dos Fundos A, B, C, D, E, F e G constituirá o Saldo Total.</p>	<p>Artigo 20 - Os recursos previstos na Seção anterior serão transformados em Quotas Patrimoniais do PAN e comporão os Fundos A, B, C, D, E, F e G referidos nos artigos anteriores, para cada Participante.</p> <p>§ 1º - A soma dos saldos dos Fundos A, B, C, D, E, F e G constituirá o Saldo Total.</p> <p>§ 2º - A movimentação dos Fundos será feita em moeda corrente e em Quotas Patrimoniais.</p>
<p>Artigo 21 - As quotas patrimoniais dos Fundos terão o valor original de R\$1,00 (um real) cada.</p> <p>Parágrafo único - O valor da quota patrimonial será mensalmente apurado de acordo com o resultado das aplicações do patrimônio dos planos administrados pela Fundação, incluindo juros, atualização monetária, bens imóveis, ganhos e perdas sobre bens mobiliários, ganhos e perdas de capital, realizados ou não, deduzidas as exigibilidades e custo administrativo.</p>	<p>Artigo 21 - As Quotas Patrimoniais dos Fundos terão o valor original de R\$1,00 (um real) cada.</p> <p>§ 1º - O valor das Quotas Patrimoniais será mensalmente apurado de acordo com o resultado das aplicações do patrimônio do Plano, observado o respectivo Perfil de Investimento, quando aplicável, incluindo juros, atualização monetária, bens imóveis, ganhos e perdas sobre bens mobiliários, ganhos e perdas de capital, realizados ou não, deduzidas as exigibilidades e custo com a gestão dos investimentos, bem como das despesas</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
	<p>administrativas operacionais, esta última quando outra fonte de custeio não estiver prevista no Plano Anual de Custeio.</p> <p>§ 2º - Uma vez implantados os Perfis de Investimentos, as Quotas Patrimoniais serão rentabilizadas na forma do § 1º, de acordo com o retorno apurado pelo respectivo Perfil de Investimento em que se encontrem alocadas, posto que a rentabilidade auferida por um Perfil de Investimento não impactará, positiva ou negativamente, a rentabilidade dos demais.</p>
<p>Artigo 22 - A movimentação dos Fundos será feita em moeda corrente e em quotas.</p>	
<p>Artigo 23 - A Fundação fornecerá periodicamente aos Participantes um extrato, contendo, conforme o caso:</p> <p>I - valor das Contribuições Básicas, Adicionais e Voluntárias do Participante;</p> <p>II - número de quotas patrimoniais adquiridas pelo Participante;</p> <p>III - valor das Contribuições Básicas, Adicionais e Voluntárias da Patrocinadora;</p> <p>IV - número de quotas patrimoniais creditadas em nome do Participante, em razão de Contribuições efetuadas pela Patrocinadora;</p> <p>V - número de quotas patrimoniais creditadas em nome do Participante, correspondente aos recursos financeiros objeto de Portabilidade;</p> <p>VI - saldo de quotas no final do semestre, em cada um dos Fundos individuais e do Saldo Total; e</p> <p>VII - valor da quota no final do semestre.</p>	<p>Artigo 22 - A Fundação fornecerá periodicamente aos Participantes um extrato contendo, conforme o caso:</p> <p>I - valor das Contribuições Básicas, Adicionais e Voluntárias do Participante;</p> <p>II - número de Quotas Patrimoniais adquiridas pelo Participante;</p> <p>III - valor das Contribuições Básicas, Adicionais e Voluntárias da Patrocinadora;</p> <p>IV - número de Quotas Patrimoniais creditadas em nome do Participante, em razão de Contribuições efetuadas pela Patrocinadora;</p> <p>V - número de Quotas Patrimoniais creditadas em nome do Participante, correspondente aos recursos financeiros objeto de Portabilidade;</p> <p>VI - saldo de Quotas Patrimoniais no final do semestre, em cada um dos Fundos individuais e do Saldo Total; e</p> <p>VII - valor das Quotas Patrimoniais no final do semestre, observados os respectivos Perfis de Investimentos, quando aplicável.</p>
	<p>Seção III - Dos Perfis de Investimentos</p>
	<p>Artigo 23 – Os ativos do Plano serão investidos de acordo com a política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo que poderá, a seu critério, disponibilizar diferentes Perfis de Investimentos para escolha de Participantes e Assistidos.</p> <p>§ 1º - Os critérios, limites e procedimentos para disponibilização de Perfis de Investimentos serão fixados pelo Conselho Deliberativo e divulgados aos Participantes e Assistidos.</p> <p>§ 2º - Uma vez implementados Perfis de Investimentos para o Plano, o Participante (inclusive o Assistido) poderá optar, a seu exclusivo critério e sob sua exclusiva responsabilidade, dentre os diferentes Perfis de Investimentos disponibilizados pela Fundação, por aquele que melhor se adeque ao seu perfil de investidor para aplicação de recursos do seu Saldo Total,</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
	<p>considerando-se a sua tolerância a risco e seus objetivos financeiros.</p> <p>§ 3º - No prazo determinado pela Fundação após a implantação de Perfis de Investimentos, o Participante formalizará a sua opção por um dos Perfis de Investimentos disponibilizados conforme a política de investimentos do Plano e os critérios aplicáveis à sua situação específica, por meio de assinatura em formulário próprio, disponibilizado através de meio físico ou eletrônico, à opção da Fundação.</p> <p>§ 4º - A não formalização de opção específica pelo Participante implicará a automática autorização para que os recursos do seu Saldo Total sejam aplicados no Perfil de Investimentos indicado na política de investimentos para tal hipótese.</p> <p>§ 5º - A opção do Participante poderá ser alterada periodicamente, de acordo com a periodicidade e critérios definidos pelo Conselho Deliberativo, que serão precedidos de ampla campanha de divulgação aos Participantes.</p> <p>§ 6º - Aos Participantes serão disponibilizados, pelos meios de comunicação usuais da Fundação, relatórios contendo as informações e principais características de cada um dos Perfis de Investimentos disponibilizados, incluindo os segmentos e alocação que compõem cada um deles e análise de rentabilidade auferida, observados o conteúdo e periodicidade mínimos estabelecidos pela legislação de regência.</p> <p>§ 7º - No caso de Beneficiários em gozo de benefício, quando e se disponível a opção por Perfis de Investimentos, essa deverá, necessariamente, ser exercida por todos eles, em conjunto. Não havendo consenso, será adotado o Perfil de Investimento indicado para tal hipótese na política de investimentos.</p>
	<p>Seção IV - Do custeio administrativo</p>
	<p>Artigo 24 - As despesas relativas à administração operacional do Plano serão custeadas pelo resultado obtido com os investimentos dos recursos do Plano, quando outra fonte de custeio não for estabelecida no Plano de Anual de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo.</p> <p>§ 1º - Alternativamente à rentabilidade, poderão ser consideradas, de forma conjunta ou isolada, quaisquer das fontes de custeio autorizadas pela legislação, tais como contribuições de Patrocinadoras e Participantes, reembolso de Patrocinadoras, receitas administrativas e fundo administrativo, entre outras.</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO		
	<p>§ 2º - A fonte de custeio e critérios para a cobertura das despesas administrativas operacionais serão definidos anualmente e previstos no Plano Anual de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo.</p> <p>§ 3º - Eventuais contribuições realizadas para custeio administrativo serão alocadas no Fundo Administrativo, não integrando, sob qualquer hipótese, os valores devidos ao Participante a título de benefício ou qualquer dos institutos legais obrigatórios.</p> <p>§ 4º - Enquanto não liquidado o Resgate, nos períodos em que o custeio administrativo, conforme o Plano Anual de Custeio em vigor, for suportado por contribuições, a critério da Entidade, estas poderão incidir sobre os valores pendentes de pagamento.</p> <p>§ 5º - As despesas relacionadas, direta ou indiretamente, à gestão dos investimentos serão necessariamente suportadas pela rentabilidade.</p>		
CAPÍTULO IV – DA RENDA MENSAL FINANCEIRA	CAPÍTULO IV – DA RENDA MENSAL FINANCEIRA		
Artigo 24 - O benefício de Renda Mensal Financeira assegurado pelo PAN será calculado com base no Saldo Total, com reversão aos seus Beneficiários em caso de morte.	Artigo 25 - O benefício de Renda Mensal Financeira assegurado pelo PAN será calculado com base no Saldo Total .		
<p>Artigo 25 - A Renda Mensal Financeira será paga ao Participante que a requerer, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>I - 53 (cinquenta e três) anos de idade;</p> <p>II - tempo de contribuição ao PAN não inferior a 10 (dez) anos; e</p> <p>III - rescisão do vínculo empregatício ou de direção com a Patrocinadora.</p> <p>Parágrafo único - Para efeito do prazo estabelecido no inciso II deste artigo, será considerado o período em que o Participante mantiver sua inscrição como Autopatrocinado ou Vinculado.</p>	<p>Artigo 26 - A Renda Mensal Financeira será paga ao Participante que a requerer, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>I - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou 62 (sessenta e dois) anos, se mulher;</p> <p>II - tempo de contribuição ao PAN não inferior a 10 (dez) anos; e</p> <p>III - rescisão do vínculo empregatício ou de direção com a Patrocinadora.</p> <p>§ 1º - Para efeito do prazo estabelecido no inciso II deste artigo, será considerado o período em que o Participante mantiver sua inscrição como Autopatrocinado ou Vinculado.</p> <p>§ 2º - Para Participante que, na Data Efetiva da Alteração 2021, tal como definida no § Único do artigo 73, tenha pelo menos 40 (quarenta) anos completos, será considerada a seguinte regra de transição em relação ao requisito de idade mínima referido no “caput”:</p> <table border="1" data-bbox="1106 1283 1888 1463"> <tr> <td data-bbox="1106 1283 1496 1463">Idade do Participante, na Data Efetiva da Alteração 2021</td> <td data-bbox="1496 1283 1888 1463">Nova idade (em anos completos) exigida para requerimento da Renda Mensal Financeira, a partir da Data Efetiva da Alteração</td> </tr> </table>	Idade do Participante, na Data Efetiva da Alteração 2021	Nova idade (em anos completos) exigida para requerimento da Renda Mensal Financeira, a partir da Data Efetiva da Alteração
Idade do Participante, na Data Efetiva da Alteração 2021	Nova idade (em anos completos) exigida para requerimento da Renda Mensal Financeira, a partir da Data Efetiva da Alteração		

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO											
	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>49 anos completos ou mais</td> <td>53</td> </tr> <tr> <td>Entre 44 anos completos e 49 anos incompletos</td> <td>55</td> </tr> <tr> <td>Entre 40 anos completos e 44 anos incompletos</td> <td>60</td> </tr> <tr> <td>40 anos incompletos ou menos</td> <td>62, se Participante do sexo feminino 65, se Participante do sexo masculino</td> </tr> </tbody> </table>		2021	49 anos completos ou mais	53	Entre 44 anos completos e 49 anos incompletos	55	Entre 40 anos completos e 44 anos incompletos	60	40 anos incompletos ou menos	62, se Participante do sexo feminino 65, se Participante do sexo masculino	<p>§ 3º - Para Participante que, tendo se inscrito no Plano até o último dia útil do segundo mês subsequente à Data Efetiva da Alteração 2021, tal como definida no § Único do artigo 73, tenha sido admitido na Patrocinadora até 31/12/2010 (considerando-se o vínculo empregatício que deu suporte à referida inscrição), serão mantidas as idades mínimas até então exigidas para elegibilidade à Renda Mensal Financeira, ou seja, (i) 53 (cinquenta e três) anos, desde que cumpridos os demais requisitos previstos no caput; e (ii) 50 (cinquenta) anos de idade, no caso dos fundadores egressos do extinto plano instituído pelo Regulamento Básico, referidos na alínea (b) do artigo 81.</p> <p>§ 4º - Àquele que, na Data Efetiva da Alteração 2021, tal como definida no § Único do artigo 73, seja Participante e já tenha cumprido os requisitos de elegibilidade previstos nas disposições regulamentares até então em vigor, será assegurada a aplicação das referidas regras de elegibilidade, nos termos do Parágrafo Único, do artigo 17, da Lei Complementar 109/2001.</p> <p>§ 5º - O benefício de Renda Mensal Financeira terá início após a aprovação do requerimento pela Fundação.</p>
	2021											
49 anos completos ou mais	53											
Entre 44 anos completos e 49 anos incompletos	55											
Entre 40 anos completos e 44 anos incompletos	60											
40 anos incompletos ou menos	62, se Participante do sexo feminino 65, se Participante do sexo masculino											
<p>Artigo 26 - O benefício de Renda Mensal Financeira terá início após a aprovação do requerimento pela Fundação.</p>												
<p>Artigo 27 - A Renda Mensal Financeira terá valor monetário constante, determinado a cada ano pela aplicação de percentual livremente escolhido pelo Participante entre 0% (zero por cento) e 1,5% (um vírgula cinco por cento) incidente sobre o Saldo Total, apurado de acordo com o valor da quota patrimonial do mês anterior ao do requerimento, ou do último valor disponível.</p> <p>§ 1º - Após a concessão do benefício, mediante requerimento escrito, o Assistido poderá alterar o percentual a que se refere o caput no mês de dezembro de cada</p>	<p>Artigo 27 - A Renda Mensal Financeira terá valor monetário constante, determinado a cada ano pela aplicação de percentual livremente escolhido pelo Participante entre 0% (zero por cento) e 1,5% (um vírgula cinco por cento) incidente sobre o Saldo Total, apurado de acordo com o valor da Quota Patrimonial do mês anterior ao do requerimento, ou do último valor disponível.</p> <p>§ 1º - Após a concessão do benefício, o percentual a que se refere o “caput” poderá ser alterado mediante solicitação formalizada pelo Participante</p>											

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>ano, para vigorar durante o exercício seguinte. Excepcionalmente, no mês seguinte à Data Efetiva de Alteração e Migração definida no artigo 75, será disponibilizada ao Assistido a possibilidade de solicitar a alteração de percentual referida neste Parágrafo.</p> <p>§ 2º - Não havendo manifestação formal do Assistido, o percentual da Renda Mensal Financeira em vigor será mantido durante o exercício seguinte.</p> <p>§ 3º - No caso de Assistido que tenha optado pela suspensão do recebimento da Renda Mensal Financeira, mediante a escolha do percentual de 0% (zero por cento), será facultado escolher novo percentual a qualquer tempo, para retomar o recebimento, hipótese em que o pagamento do benefício será reiniciado pela Fundação no prazo de até 3 (três) meses após a solicitação.</p>	<p>Assistido, nos meses de junho e dezembro, observados os procedimentos estabelecidos pela Fundação. Os benefícios recalculados de acordo com as alterações de percentual solicitadas pelo Participante Assistido no mês de junho vigorarão a partir do mês de julho seguinte e as solicitadas em dezembro a partir do mês de janeiro subsequente.</p> <p>§ 2º - O percentual escolhido pelo Participante Assistido para cálculo da Renda Mensal Financeira, conforme previsto no “caput” ou no § 1º, permanecerá em vigor até que uma nova opção seja formalizada, e será utilizado para o recálculo anual referido no “caput”, que ocorrerá no mês de janeiro de cada ano, considerando-se o percentual que então estiver em vigor e o Saldo Total remanescente, de acordo com o último valor disponível da respectiva Quota Patrimonial.</p> <p>§ 3º - Não havendo manifestação formal do Assistido, o percentual da Renda Mensal Financeira em vigor será mantido durante o exercício seguinte.</p> <p>§ 4º - No caso de Participante Assistido que tenha optado pela suspensão do recebimento da Renda Mensal Financeira, mediante a escolha do percentual de 0% (zero por cento), será facultado escolher novo percentual a qualquer tempo, para retomar o recebimento, hipótese em que o pagamento do benefício será reiniciado pela Fundação no prazo de até 3 (três) meses após a solicitação.</p>
<p>Artigo 31 - Se, por ocasião da concessão da Renda Mensal Financeira, o Saldo Total resultar valor inferior a 50 (cinquenta) Unidades Previdenciárias, o referido saldo será pago à vista, em parcela única.</p> <p>§ 1º - Se, na data da concessão, o Saldo Total resultar valor entre 50 (cinquenta) e 150 (cento e cinquenta) Unidades Previdenciárias, será facultado ao Participante o recebimento do referido saldo na forma do caput deste artigo.</p> <p>§ 2º - Durante o período de recebimento do benefício, o Assistido poderá optar pelo recebimento à vista, em parcela única, do valor remanescente do Saldo Total, caso este resulte inferior a 150 (cento e cinquenta) Unidades Previdenciárias.</p> <p>§ 3º - Quando o Saldo Total atingir valor inferior a 50 (cinquenta) Unidades Previdenciárias, será necessariamente pago à vista, em parcela única.</p> <p>§ 4º - O pagamento do Saldo Total implicará na extinção de todo e qualquer compromisso da Fundação para com o Participante ou Assistido, e seus Beneficiários.</p>	<p>Artigo 31 - Se, por ocasião da concessão da Renda Mensal Financeira, o Saldo Total resultar valor inferior a 50 (cinquenta) Unidades Previdenciárias, o referido saldo será pago à vista, em parcela única.</p> <p>§ 1º - Se, na data da concessão, o Saldo Total resultar valor entre 50 (cinquenta) e 150 (cento e cinquenta) Unidades Previdenciárias, será facultado ao Participante o recebimento do referido saldo na forma do <i>caput</i> deste artigo.</p> <p>§ 2º - Durante o período de recebimento do benefício, o Assistido poderá optar pelo recebimento à vista, em parcela única, do valor remanescente do Saldo Total, caso este resulte inferior a 150 (cento e cinquenta) Unidades Previdenciárias.</p> <p>§ 3º - Quando o Saldo Total atingir valor inferior a 50 (cinquenta) Unidades Previdenciárias, será necessariamente pago à vista, em parcela única.</p> <p>§ 4º - Os benefícios pagos serão abatidos do Saldo Total, em Quotas Patrimoniais. O esgotamento do Saldo Total implicará a extinção da Renda Mensal Financeira e a extinção de todo e qualquer compromisso da Fundação</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>Artigo 32 - Ocorrendo a morte do Assistido, a Renda Mensal Financeira será revertida em favor dos Beneficiários e rateada em partes iguais.</p> <p>§ 1º - Será facultado aos Beneficiários, desde que mediante solicitação formulada em comum acordo por todos eles, a alteração do percentual aplicável para o cálculo da Renda Mensal Financeira, observado o intervalo previsto no Artigo 27 e demais procedimentos previstos em seus Parágrafos.</p> <p>§ 2º - Quando um dos Beneficiários perder esta qualidade perante o PAN, a Renda Mensal Financeira será redistribuída entre os remanescentes.</p> <p>§ 3º - Por ocasião do falecimento do Assistido, é facultado aos Beneficiários o recebimento do valor remanescente no Saldo Total, em parcela única, desde que mediante solicitação formulada em comum acordo por todos os Beneficiários.</p> <p>§ 4º - A opção de que trata o parágrafo anterior será exercida em caráter irrevogável e irretratável, acarretando o pagamento do valor remanescente no Saldo Total aos Beneficiários, mediante rateio em partes iguais, com a consequente extinção de todos os direitos e obrigações contraídas pelos Beneficiários em relação ao Plano. Não havendo consenso entre todos os Beneficiários, prevalecerá a manutenção da Renda Mensal Financeira, nas bases até então percebidas pelo Assistido.</p>	<p>para com o Participante ou Assistido, e seus Beneficiários.</p> <p>Artigo 32 - Ocorrendo a morte do Participante Assistido, a Renda Mensal Financeira será revertida em favor dos Beneficiários e rateada em partes iguais.</p> <p>§ 1º - Será facultado aos Beneficiários, desde que mediante solicitação formulada em comum acordo por todos eles, a alteração do percentual aplicável para o cálculo da Renda Mensal Financeira, observado o intervalo previsto no Artigo 27 e demais procedimentos previstos em seus Parágrafos.</p> <p>§ 2º - Quando um dos Beneficiários perder esta qualidade perante o PAN, a Renda Mensal Financeira será redistribuída entre os remanescentes.</p> <p>§ 3º - Por ocasião do falecimento do Participante Assistido, é facultado aos Beneficiários o recebimento do valor remanescente no Saldo Total, em parcela única, desde que mediante solicitação formulada em comum acordo por todos os Beneficiários.</p> <p>§ 4º - A opção de que trata o parágrafo anterior será exercida em caráter irrevogável e irretratável, acarretando o pagamento do valor remanescente no Saldo Total aos Beneficiários, mediante rateio em partes iguais, com a consequente extinção de todos os direitos e obrigações contraídas pelos Beneficiários em relação ao Plano. Não havendo consenso entre todos os Beneficiários, prevalecerá a manutenção da Renda Mensal Financeira, nas bases até então percebidas pelo Participante Assistido, sem prejuízo do disposto no § 1º.</p>
<p>Artigo 33 - A Renda Mensal Financeira se extingue:</p> <p>I - com a morte do Assistido, quando não houver Beneficiário(s);</p> <p>II - com a morte do Assistido e do(s) Beneficiário(s);</p> <p>III - com a morte do Assistido e com a perda da qualidade do(s) Beneficiário(s) perante o PAN; e</p> <p>IV - com o esgotamento do Saldo Total, inclusive nas hipóteses de pagamento único.</p> <p>Parágrafo único - Em caso de falecimento do Assistido e dos Beneficiários, ou ainda, se estes perderem tal condição perante o PAN, o valor remanescente do Saldo Total será pago à(s) pessoa(s) designada(s) na forma do parágrafo único do artigo 7º, e na falta desta, será levado a espólio.</p>	<p>Artigo 33 - A Renda Mensal Financeira se extingue:</p> <p>I - com a morte do Participante Assistido, quando não houver Beneficiário(s);</p> <p>II - com a morte do Participante Assistido e do(s) Beneficiário(s);</p> <p>III - com a morte do Participante Assistido e com a perda da qualidade do(s) Beneficiário(s) perante o PAN; e</p> <p>IV - com o esgotamento do Saldo Total, inclusive nas hipóteses de pagamento único.</p> <p>Parágrafo único – Em caso de falecimento do Participante Assistido, inexistindo Beneficiários, ou ainda, se todos os Beneficiários tiverem perdido tal condição perante o Plano, inclusive por falecimento, o valor remanescente do Saldo Total será pago às Pessoas Designadas, observada a proporção indicada pelo Participante (ou mediante rateio em partes iguais, caso não indicada tal proporção). Se, por ocasião do falecimento do Participante Assistido, uma ou mais Pessoas Designadas já houverem falecido, a parcela</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
	que lhes seria atribuída será distribuída às Pessoas Designadas remanescentes, observado o critério de proporção. Inexistindo Pessoas Designadas, tais valores serão destinados aos herdeiros do Participante Assistido designados em inventário judicial ou por escritura pública.
<p>Artigo 34 - Ocorrendo o falecimento ou invalidez do Participante em atividade, inclusive na condição de Autopatrocinado, ele ou seus Beneficiários, farão jus ao recebimento do Saldo Total em parcela única, apurado na data do pagamento de acordo com o valor da quota patrimonial do mês anterior, ou do último valor disponível, a título de Pecúlio por Morte ou Invalidez.</p> <p>§ 1º - O Pecúlio por Morte será pago aos Beneficiários observada a proporcionalidade estabelecida pelo Participante, ou, na ausência desta, em partes iguais.</p> <p>§ 2º - Na ausência de Beneficiários, aplica-se o disposto no parágrafo único do artigo anterior.</p>	<p>Artigo 34 - Ocorrendo o falecimento ou invalidez do Participante em atividade, inclusive na condição de Autopatrocinado, ele ou seus Beneficiários, farão jus ao recebimento do Saldo Total em parcela única, apurado na data do pagamento de acordo com o valor da Quota Patrimonial do mês anterior, ou do último valor disponível, a título de Pecúlio por Morte ou Invalidez.</p> <p>§ 1º - O Pecúlio por Morte será pago aos Beneficiários, mediante rateio em partes iguais.</p> <p>§ 2º - Na ausência de Beneficiários, aplica-se o disposto no parágrafo único do artigo 33.</p>
CAPÍTULO V – DOS INSTITUTOS LEGAIS	CAPÍTULO V – DOS INSTITUTOS LEGAIS
Seção I – Autopatrocínio	Seção I – Autopatrocínio
<p>Artigo 35 - É facultado ao participante manter o valor de sua contribuição e a correspondente paga pela Patrocinadora em caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção da Renda Mensal Financeira nos níveis correspondentes àquela remuneração, mediante opção pelo Autopatrocínio.</p> <p>§ 1º - A cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora será entendida como uma das formas de perda total da remuneração recebida.</p> <p>§ 2º - A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade, ou pelo Resgate.</p>	<p>Artigo 35 - É facultado ao participante optar pelo Autopatrocínio, mantendo o valor de sua contribuição e a correspondente paga pela Patrocinadora em caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, assumindo a condição de Autopatrocinado.</p> <p>§ 1º - A cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora será entendida como uma das formas de perda total da remuneração recebida.</p> <p>§ 2º - A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade, ou pelo Resgate.</p>
<p>Artigo 37 - Nas hipóteses previstas nesta Seção, o Participante deverá continuar contribuindo para o custeio do PAN, indicando o valor da Contribuição Básica, que será acrescida da contribuição correspondente que seria devida pela Patrocinadora, observado o disposto no artigo 16.</p> <p>§ 1º - É facultado ao Autopatrocinado alterar o percentual de contribuição, mediante requerimento por escrito, observada a periodicidade estabelecida pela Fundação e os limites fixados neste Regulamento e no Plano Anual de Custeio.</p> <p>§ 2º - Além das contribuições mencionadas no caput, o Autopatrocinado deverá pagar aquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas, fixadas no Plano Anual de Custeio.</p>	<p>Artigo 37 - Nas hipóteses previstas nesta Seção, o Participante deverá continuar contribuindo para o custeio do PAN, indicando o valor da Contribuição Básica, que será acrescida das Contribuições Básica e Adicional que seriam devidas pela Patrocinadora, observado o disposto no artigo 16.</p> <p>§ 1º É facultado ao Autopatrocinado alterar o percentual de contribuição ao Plano, mediante requerimento por escrito, observados a periodicidade e os procedimentos estabelecidos pela Fundação e os limites fixados neste Regulamento e no Plano Anual de Custeio.</p> <p>§ 2º - Além das contribuições mencionadas no <i>caput</i>, o Autopatrocinado arcará com contribuições para cobertura de despesas administrativas, conforme o</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>§ 3º - Exceção feita àquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas, as contribuições do Autopatrocinado serão alocadas no Fundo A.</p> <p>§ 4º - Uma vez preenchidos os requisitos previstos neste Regulamento, o Autopatrocinado fará jus à Renda Mensal Financeira.</p>	<p>caso, fixadas no Plano Anual de Custeio.</p> <p>§ 3º - As contribuições devidas pelo Autopatrocinado, inclusive as relativas a custeio administrativo, quando essa for a forma prevista no Plano Anual de Custeio, serão pagas à Fundação por meio de boleto bancário ou outra forma de pagamento por ela estabelecida.</p> <p>§ 4º - Exceção feita àquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas, as contribuições do Autopatrocinado serão alocadas no Fundo A.</p> <p>§ 5º - Em caso de falecimento do Autopatrocinado antes da concessão da Renda Mensal Financeira, será aplicado o disposto no artigo 34.</p> <p>§ 6º - Uma vez preenchidos os requisitos de elegibilidade previstos no artigo 26, o Autopatrocinado fará jus à Renda Mensal Financeira.</p>
<p>Seção II – Benefício Proporcional Diferido</p>	<p>Seção II – Benefício Proporcional Diferido</p>
<p>Artigo 39 - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implicará, a partir da data do requerimento, a cessação das contribuições para o PAN, exceção feita àquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas, fixadas no Plano Anual de Custeio.</p> <p>Parágrafo único - O valor das contribuições para custeio das despesas administrativas será deduzido do Saldo Total.</p>	<p>Artigo 39 - A opção pelo Benefício Proporcional Diferido implicará, a partir da data do requerimento, a cessação das contribuições para o PAN, ressalvado o disposto no Parágrafo único.</p> <p>Parágrafo único – O Participante Vinculado assumirá os encargos para cobertura de despesas administrativas, observada a forma de custeio estabelecida no Plano Anual de Custeio. Nos exercícios em que o custeio administrativo se der por meio de contribuições, parcial ou totalmente, estas serão abatidas do Saldo Total, consumindo, primeiramente, o saldo correspondente às contribuições de Participante e, após o seu esgotamento, às contribuições de Patrocinadora.</p>
<p>Artigo 40 - O Benefício Proporcional Diferido consiste em uma renda mensal calculada com base em 100% (cem por cento) do Saldo Total, apurado na data da rescisão do vínculo empregatício ou do desligamento da Patrocinadora, de acordo com o valor da quota patrimonial do mês anterior à data da solicitação, ou do último disponível.</p>	<p>Artigo 40 - O Benefício Proporcional Diferido consiste em uma renda mensal calculada com base em 100% (cem por cento) do Saldo Total, apurado na data da rescisão do vínculo empregatício ou do desligamento da Patrocinadora, atualizado de acordo com o valor das respectivas Quotas Patrimoniais do mês anterior à data da solicitação, ou do último disponível.</p> <p>Parágrafo único – Do Saldo Total apurado, serão deduzidos, para todos os fins, os valores abatidos para custeio administrativo, quando aplicável.</p>
<p>Artigo 42 - O Benefício Proporcional Diferido será concedido mediante requerimento após o cumprimento das carências previstas nos incisos I e II do artigo 25, na forma de Renda Mensal Financeira.</p>	<p>Artigo 42 - O Benefício Proporcional Diferido será concedido na forma de Renda Mensal Financeira calculada com base no Saldo Total apurado conforme o artigo 40, mediante requerimento, após o cumprimento dos requisitos de idade e tempo de contribuição previstos no artigo 26.</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>Artigo 43 - Ocorrendo o falecimento ou invalidez do Participante Vinculado, ele ou seu Beneficiário fará jus ao recebimento do Saldo Total, apurado na data da rescisão do vínculo empregatício ou do desligamento da Patrocinadora, de acordo com o valor da quota patrimonial do mês anterior à data do evento, ou do último disponível, a título de Pecúlio por Morte ou Invalidez.</p> <p>Parágrafo único - O Pecúlio por Morte ou Invalidez será pago em parcela única, até o último dia útil do mês subsequente ao do requerimento, extinguindo-se todas as obrigações do PAN em relação ao Participante Vinculado e seus Beneficiários.</p>	<p>Artigo 43 - Ocorrendo o falecimento ou invalidez do Participante Vinculado, ele ou seu Beneficiário fará jus ao recebimento do Saldo Total apurado conforme o artigo 40 e atualizado até o mês anterior à data do evento, de acordo com o valor das respectivas Quotas Patrimoniais do mês anterior à data da solicitação, ou do último disponível, a título de Pecúlio por Morte ou Invalidez, conforme o caso.</p> <p>§ 1º - O Pecúlio por Morte ou Invalidez será pago em parcela única, até o último dia útil do mês subsequente ao do requerimento, extinguindo-se todas as obrigações do PAN em relação ao Participante Vinculado, seus Beneficiários, Pessoas Designadas e herdeiros.</p> <p>§ 2º - O Pecúlio por Morte será pago aos Beneficiários, mediante rateio em partes iguais. Na ausência de Beneficiários, o Pecúlio por Morte será pago às Pessoas Designadas, e na ausência dessas aos herdeiros do Participante falecido, aplicando-se o disposto no parágrafo único do artigo 33.</p>
<p>Seção IV – Resgate</p>	<p>Seção IV – Resgate</p>
<p>Artigo 49 - O Participante que rescindir o vínculo empregatício ou de direção com a Patrocinadora, e não optar por manter sua inscrição no plano como Autopatrocinado ou Vinculado, ou pela Portabilidade, terá direito ao Resgate.</p>	<p>Artigo 49 - O Participante que rescindir o vínculo empregatício ou de direção com a Patrocinadora, e que, no prazo referido no artigo 56, não optar por manter sua inscrição no plano como Autopatrocinado ou Vinculado, ou pela Portabilidade, terá direito ao Resgate.</p>
<p>Artigo 53 - Aplica-se o disposto nesta Seção na hipótese de cancelamento da inscrição por requerimento do Participante, restando o pagamento do Resgate condicionado à rescisão do vínculo empregatício ou desligamento da Patrocinadora.</p>	<p>Artigo 53 - Aplica-se o disposto nesta Seção na hipótese de cancelamento da inscrição por requerimento do Participante, estando o pagamento do Resgate sempre condicionado à rescisão do vínculo empregatício ou desligamento da Patrocinadora.</p>
<p>Artigo 54 - O Autopatrocinado ou Vinculado que requerer, ou tiver sua inscrição cancelada por inadimplência, terá direito ao Resgate.</p>	<p>Artigo 54 - O Autopatrocinado ou Vinculado que requerer, ou tiver sua inscrição cancelada por inadimplência, terá direito ao Resgate.</p>
<p>Seção V – Das disposições comuns aos institutos</p>	<p>Seção V – Das disposições comuns aos institutos</p>
<p>Artigo 56 - No prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do extrato de que trata o artigo anterior, o Participante deverá exercer sua opção mediante Termo, em impresso próprio fornecido pela Fundação.</p> <p>Parágrafo único - Transcorrido o prazo previsto neste artigo sem manifestação expressa, o Participante terá presumida a opção pelo Benefício Proporcional Diferido, desde que tenha 3 (três) anos de vinculação ao PAN.</p>	<p>Artigo 56 - No prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do extrato de que trata o artigo anterior, o Participante deverá exercer sua opção mediante Termo, em impresso próprio fornecido pela Fundação.</p> <p>Parágrafo único - Transcorrido o prazo previsto neste artigo sem manifestação expressa, o Participante terá presumida a opção pelo Benefício Proporcional Diferido, desde que tenha 3 (três) anos de vinculação ao PAN, ou, caso não cumpra tal requisito, terá sua inscrição cancelada, nos termos do artigo 10, inciso V.</p>
<p>CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</p>	<p>CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>Artigo 58 - O Participante em licença não remunerada poderá, mediante requerimento, suspender suas contribuições para o PAN durante o período em que estiver nesta condição, sem prejuízo da manutenção de sua inscrição. Parágrafo único - Durante o período de afastamento, o custeio das despesas administrativas continuará sendo de responsabilidade da Patrocinadora.</p>	<p>EXCLUÍDO</p>
<p>Artigo 59 - Verificado erro em qualquer pagamento realizado, a Fundação fará revisão do respectivo valor, pagando ou reavendo o que lhe couber, atualizado de acordo com a variação do INPC/IBGE. Parágrafo único - Para reaver o valor indevidamente pago, a Fundação poderá reter até 30% (trinta por cento) das prestações subsequentes, até a integral compensação.</p>	<p>Artigo 58 - Verificado erro em qualquer pagamento realizado, a Fundação fará revisão e correção do respectivo valor, pagando ou reavendo o que lhe couber, atualizado de acordo com a variação do INPC/IBGE. Parágrafo único - Para reaver o valor indevidamente pago, a Fundação adotará os procedimentos necessários para a realização da cobrança, podendo reter prestações subsequentes, quando houver, até a integral compensação do valor que lhe for devido, não podendo a prestação mensal, em seu valor já retificado, ser reduzida em mais de 30% (trinta por cento).</p>
<p>Artigo 60 - A Fundação poderá exigir que os Beneficiários comprovem que recebem o benefício básico da Previdência Social, sob pena de suspensão do pagamento da Renda Mensal Financeira.</p>	<p>Artigo 59 - Todo Participante ou Beneficiário, ou seu representante legal quando for o caso, formalizará os documentos e fornecerá os dados e documentos exigidos periodicamente pela Entidade, necessários à manutenção dos benefícios. A falta de cumprimento dessa exigência poderá, a critério da Fundação, resultar na suspensão do benefício, perdurando até o seu completo atendimento. Parágrafo único – Serão ineficazes perante o Plano eventuais indicações feitas pelo Participante para destinação de valores a Beneficiários ou Pessoas Designadas, que não estejam em consonância com as disposições deste Regulamento.</p>
	<p>Artigo 60 - O Participante deverá manter permanentemente atualizados os seus dados cadastrais junto à Entidade, incluindo seu endereço residencial, endereço de e-mail e dados bancários para recebimento de eventuais valores que lhe forem devidos, estando assegurada a adoção, pela Fundação, dos procedimentos relativos à proteção de dados pessoais, na forma da legislação.</p>
<p>Artigo 61 - O Participante e o Assistido, sob pena de suspensão do benefício, deverão apresentar comprovante de vida, quando solicitado pela Fundação.</p>	<p>EXCLUÍDO</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
Artigo 62 - Nos casos em que o Participante ou Beneficiário for incapaz, por força de lei ou de decisão judicial, a Renda Mensal Financeira será paga ao seu representante legal.	Artigo 61 - Nos casos em que o Participante ou Beneficiário for incapaz, por força de lei ou de decisão judicial, a Renda Mensal Financeira será paga ao seu representante legal.
Artigo 63 - É vedada a outorga de poderes irrevogáveis para a percepção dos benefícios previstos neste Regulamento.	Artigo 62 - É vedada a outorga de poderes irrevogáveis para a percepção dos benefícios previstos neste Regulamento.
Artigo 64 - Serão descontadas dos créditos dos Participantes as contribuições devidas e não saldadas, assim como as importâncias decorrentes de descontos de tributos e de decisão judicial.	Artigo 63 - Serão descontadas dos créditos dos Participantes as contribuições devidas e não saldadas, assim como as importâncias decorrentes de descontos de tributos e de decisão judicial.
<p>Artigo 65 - Observado o disposto no Estatuto da Fundação, este Regulamento só poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade governamental competente.</p> <p>Parágrafo único - As alterações deste Regulamento não poderão contrariar os objetivos da Fundação, nem reduzir benefícios já concedidos.</p>	<p>Artigo 64 - Os benefícios previstos neste Regulamento poderão ser cancelados ou modificados a qualquer tempo, observada a legislação vigente, sujeito à aprovação do Conselho Deliberativo e da autoridade governamental competente. Em qualquer caso, serão preservados os benefícios já concedidos, bem como os direitos dos Participantes em condições de receberem benefícios por ocasião das modificações ou cancelamento, além de eventuais outros benefícios acumulados até aquela data.</p> <p>Artigo 65 - Qualquer benefício concedido a um Participante ou Beneficiário será determinado de acordo com as disposições do Regulamento do Plano, que estiver em vigor por ocasião da concessão.</p>
	Artigo 66 - A FUNDAÇÃO poderá negar qualquer benefício, declará-lo nulo ou reduzi-lo, se: (i) por dolo ou culpa, forem omitidas ou declaradas falsamente informações essenciais para a sua concessão; ou (ii) a causa geradora do benefício for resultado de ato auto infligido, criminoso, praticado pelo Participante, ou seu Beneficiário.
Artigo 66 - Os saldos remanescentes verificados nos Fundos D, E e F, em razão de cancelamento de inscrição de Participante, serão destinados à constituição de um fundo previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, cuja destinação será definida pelo Conselho Deliberativo, observados critérios uniformes e não discriminatórios.	Artigo 67 - Os saldos remanescentes nos Fundos D, E e F que não forem destinados ao pagamento de benefícios ou institutos legais, na forma prevista por este Regulamento, em decorrência do desligamento ou cancelamento de inscrição de Participante que não tenha atingido os requisitos de elegibilidade para fazer jus àqueles valores, nos termos deste Regulamento, será utilizada para a constituição de um fundo previdencial denominado Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, que poderá ser utilizado para compensação parcial ou total de contribuições futuras de Patrocinadora ou outra destinação de acordo com a legislação vigente, desde que tal utilização esteja prevista no Plano Anual de Custeio aprovado pelo Conselho

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>Artigo 67 - Prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil. Parágrafo único - Os valores dos benefícios não reclamados reverterão ao fundo previdencial de que trata o artigo anterior.</p>	<p>Deliberativo. Artigo 68 - Prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil. Parágrafo único - Os valores não reclamados reverterão ao fundo previdencial de que trata o artigo 67.</p>
<p>Artigo 68 - As despesas com a administração do PAN serão suportadas pelas Patrocinadoras, Autopatrocinados e Vinculados, na forma estabelecida no Plano Anual de Custeio, aprovado pelo Conselho Deliberativo, com base em critérios equânimes e não discriminatórios. Parágrafo único - As contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas não são passíveis de restituição, a qualquer título.</p>	<p>EXCLUÍDO</p>
<p>Artigo 69 - Observada a legislação aplicável, a Fundação poderá firmar convênios com entidade aberta de previdência complementar e/ou sociedade seguradora, objetivando a transferência dos riscos e/ou benefícios assegurados pelo PAN, mediante aprovação do Conselho Deliberativo e autorização do órgão governamental competente. § 1º - A transferência será sempre através de contrato, onde a Fundação assume a qualidade de Instituidora, e se viabilizará substituindo-se nos encargos os valores atuais dos compromissos pelo valor atual dos prêmios a pagar. § 2º - A transferência não poderá reduzir os valores dos benefícios já concedidos, nem alterar os critérios de reajuste monetário.</p>	<p>EXCLUÍDO</p>
<p>Artigo 70 - Os Participantes, Assistidos e Beneficiários do Plano de Aposentadoria Programada – PAP e Plano de Aposentadoria Programada II – PAP II não poderão se inscrever simultaneamente no PAN.</p>	<p>EXCLUÍDO</p>
	<p>Artigo 69 - Nos termos da legislação de regência, será facultado à Patrocinadora retirar o patrocínio do Plano, hipótese em que nenhuma contribuição excedente aos compromissos assumidos por intermédio deste Regulamento, na forma das normas legais vigentes, será feita pela Patrocinadora retirante. Nesta hipótese, o ativo líquido correspondente do Plano será destinado na forma que dispuser a legislação vigente.</p>
	<p>Artigo 70 - A Entidade disponibilizará ao Participante, em seu sítio eletrônico na internet, extrato do Saldo Total, discriminando os valores creditados e/ou debitados no período, bem como exemplar deste Regulamento, material explicativo, Estatuto da Entidade, Relatório Anual e demais informações</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
	estabelecidas pela legislação de regência.
	Artigo 71 - A Entidade poderá, a seu critério, adotar o uso de plataformas digitais para a realização de transações remotas com seus Participantes e Assistidos, em especial para aquelas que requeiram manifestação daqueles, tais como alterações de contribuições, forma de pagamento de benefícios, Perfis de Investimentos, opção pelos institutos legais obrigatórios e requerimento de benefício, entre outros, observando-se, para tanto, o disposto na legislação de regência. Nesse caso, será também disponibilizada alternativa não remota para Participantes e Assistidos que não tenham acesso ao meio digital ou prefiram o meio físico para realização de suas transações.
Artigo 71 - Os casos omissos serão regulados pelo Conselho Deliberativo da Fundação.	Artigo 72 - Os casos omissos serão regulados pelo Conselho Deliberativo da Fundação.
Artigo 72 - O presente Regulamento entrará em vigor na data de aprovação pela autoridade governamental competente.	Artigo 73 - O presente Regulamento entrará em vigor na data de aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. Parágrafo Único – Será considerada como Data Efetiva da Alteração 2021, o último dia do mês em que ocorrer a aprovação, pela autoridade governamental referida no caput, da alteração regulamentar que incluiu a possibilidade de Perfis de Investimentos e novas idades de elegibilidade aos benefícios, entre outras modificações.
CAPÍTULO VII – DA MIGRAÇÃO	CAPÍTULO VII – DA MIGRAÇÃO
Seção I – Da Migração dos Planos PAP, PAP II e Fundamental	Seção I – Da Migração dos Planos PAP, PAP II e Fundamental
Artigo 73 - Em até 4 (quatro) meses contados do primeiro dia do mês seguinte à publicação da aprovação das alterações deste Regulamento pela autoridade governamental competente, o Conselho Deliberativo da Fundação estabelecerá o prazo para que Participantes e Assistidos do Plano de Aposentadoria Programada – PAP, Plano de Aposentadoria Programada II – PAP II e Plano Fundamental administrados pela Fundação formalizem sua opção de adesão ao PAN, mediante a transferência das respectivas reservas constituídas nos planos de origem, calculadas atuarialmente, observadas as regras de cada um dos respectivos regulamentos de origem. O prazo de opção será definido, a critério do Conselho Deliberativo, dentro do intervalo de até 60 (sessenta) dias contados da aprovação das alterações regulamentares dos planos de origem e amplamente divulgado aos Participantes.	Artigo 74 – Após a aprovação das alterações deste Regulamento pela autoridade governamental competente, ocorrida por meio da Portaria PREVIC nº 858, publicada no Diário Oficial da União de 15/09/2017, foi estabelecido pelo Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO, o prazo para que Participantes e Assistidos do Plano de Aposentadoria Programada – PAP, Plano de Aposentadoria Programada II – PAP II e Plano Fundamental administrados pela Fundação formalizassem sua opção de adesão ao PAN, mediante a transferência das respectivas reservas constituídas nos planos de origem, calculadas atuarialmente, observadas as regras de cada um dos respectivos regulamentos de origem. § 1º - A opção de migração foi exercida em caráter irrevogável e irretratável, vinculando também os Beneficiários do Participante, e implicando a renúncia expressa ao conjunto de regras do plano de origem, inclusive a cobertura

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>§ 1º - A opção de migração é totalmente voluntária, mas será exercida em caráter irrevogável e irretroatável, vinculando também os Beneficiários do Participante, e implicará na renúncia expressa ao conjunto de regras do plano de origem, inclusive a cobertura vitalícia dos benefícios, quando aplicável.</p> <p>§ 2º - Mediante aprovação da autoridade governamental competente, o Conselho Deliberativo da Fundação poderá estabelecer novos prazos para oportunizar a migração e adesão de Participantes e Assistidos ao PAN.</p> <p>§ 3º - O prazo de opção concedido aos Participantes e referido no caput será contado do recebimento do termo para formalização da opção e demais informações que serão disponibilizadas para a tomada de decisão.</p>	<p>vitalícia dos benefícios, quando aplicável.</p> <p>§ 2º - Mediante aprovação da autoridade governamental competente, o Conselho Deliberativo da Fundação poderá estabelecer novos prazos para oportunizar a migração e adesão de Participantes e Assistidos ao PAN, observadas as diretrizes previstas nesta Seção.</p>
<p>Artigo 74 - As reservas de migração dos Participantes e Assistidos que optarem pela migração para o PAN serão apuradas em Avaliação Atuarial especialmente elaborada para o processo referido no artigo 73, observadas as hipóteses e regras de cálculo constantes do Relatório Atuarial Circunstanciado e Nota Técnica que integram o processo submetido à aprovação da autoridade governamental competente, respeitados, em todos os casos, os benefícios proporcionais acumulados e os direitos adquiridos, na forma da legislação de regência.</p> <p>§ 1º - As reservas de migração dos Assistidos representam o valor à vista capaz e suficiente por si só para garantir o pagamento do benefício nos níveis concedidos no plano de origem, e no caso dos benefícios vitalícios enquanto o Assistido viver, calculado com base na sua idade e de seus Beneficiários, bem como na taxa real anual de juros e expectativa de vida apurada de acordo com a tábua de mortalidade, tudo conforme descrito no Relatório Atuarial Circunstanciado e Nota Técnica que integram o processo submetido à aprovação da autoridade governamental competente.</p> <p>§ 2º - As reservas de migração dos Participantes Ativos representam o saldo total dos fundos constituídos por contribuições de participantes e de patrocinadoras, incluindo os recursos recepcionados por portabilidade pelo plano de origem, observado o disposto nos artigos 80 e 81, quando aplicável.</p> <p>§ 3º - Os cálculos atuariais referenciais realizados na data base para apuração das reservas de migração serão objeto de recálculo, após a aprovação do processo, tomando-se por base o último dia do mês da publicação do ato governamental que aprovar o processo de alteração regulamentar referido no artigo 73.</p>	<p>Artigo 75 - As reservas de migração dos Participantes e Assistidos que optaram pela migração para o PAN foram apuradas em Avaliação Atuarial especialmente elaborada para o processo referido no artigo 74, observadas as hipóteses e regras de cálculo constantes do Relatório Atuarial Circunstanciado e Nota Técnica que integraram o processo submetido à aprovação da autoridade governamental competente, respeitados, em todos os casos, os benefícios proporcionais acumulados e os direitos adquiridos, na forma da legislação de regência.</p>
<p>Artigo 75 - As reservas de migração serão transferidas para o PAN na “Data Efetiva de Alteração e Migração”, data em que as alterações regulamentares referidas no</p>	<p>Artigo 76 - As reservas de migração foram transferidas para o PAN na “Data Efetiva de Alteração e Migração” fixada pelo Conselho Deliberativo após</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>artigo 73 ganharão eficácia, a qual deverá estar dentro do período de até 2 (dois) meses contados do término do prazo fixado para formalização da opção pela migração e adesão ao PAN, e será fixada pelo Conselho Deliberativo e divulgada aos Participantes, mediante ampla campanha de divulgação que incluirá a prestação de esclarecimentos, visando a apoiar a adequada avaliação e tomada de decisão pelos Participantes.</p> <p>§ 1º - As reservas dos Participantes Ativos serão atualizadas até a data da efetiva transferência ao PAN, de acordo com a variação da quota patrimonial do plano de origem, acrescidas das contribuições pagas no período e eventuais recursos recepcionados por portabilidade.</p> <p>§ 2º - Os valores transferidos pelos Participantes Ativos serão alocados nos Fundos A, B, C, D, E, F e G do PAN, observados os mesmos valores e natureza em que contabilizados no plano de origem, de acordo com a quota patrimonial do mês de transferência.</p>	<p>decurso do prazo fixado para formalização da opção pela migração e adesão ao PAN, data em que as alterações regulamentares referidas no artigo 74 ganharam eficácia.</p> <p>§ 1º - As reservas dos Participantes Ativos foram atualizadas até a data da efetiva transferência ao PAN, de acordo com a variação da Quota Patrimonial do plano de origem, acrescidas das contribuições pagas no período e eventuais recursos recepcionados por portabilidade.</p> <p>§ 2º - Os valores transferidos pelos Participantes Ativos foram alocados nos Fundos A, B, C, D, E, F e G do PAN, observados os mesmos valores e natureza em que contabilizados no plano de origem, de acordo com a Quota Patrimonial do mês de transferência.</p>
<p>Artigo 76 - As reservas de migração dos Assistidos, após deduzidos os benefícios pagos, serão atualizadas até a data da efetiva transferência ao PAN de acordo com a variação do INPC/IBGE, quando se referir aos que recebem renda vitalícia no plano de origem, e de acordo com a quota patrimonial do mês de transferência, nos demais casos.</p>	<p>Artigo 77 - As reservas de migração dos Assistidos, após deduzidos os benefícios pagos, foram atualizadas até a data da efetiva transferência ao PAN de acordo com a variação do INPC/IBGE, quando relativas a benefício de renda vitalícia no plano de origem, e de acordo com a Quota Patrimonial do mês de transferência, nos demais casos.</p>
<p>Artigo 77 - A reservas de migração dos Assistidos optantes constituirão o SALDO TOTAL, que servirá de base para concessão da Renda Mensal Financeira assegurada pelo PAN, nos termos deste Regulamento.</p>	<p>Artigo 78 - A reservas de migração dos Assistidos optantes constituíram o Saldo Total, que serviu de base para concessão da Renda Mensal Financeira assegurada pelo PAN, nos termos deste Regulamento.</p>
<p>Artigo 78 - Os Assistidos que recebem renda vitalícia ou estruturada como benefício definido no plano de origem e optem pela migração para o PAN farão jus à percepção de um benefício adicional, de pagamento único, correspondente ao benefício de renda mensal percebido no plano de origem, no mês anterior à Data Efetiva de Alteração e Migração. Referido benefício, de caráter extraordinário, será pago uma única vez, no PAN, no mês seguinte à Data Efetiva de Alteração e Migração.</p> <p>Parágrafo único - A critério exclusivo das Patrocinadoras, o valor do benefício adicional previsto no caput poderá ter o seu valor aumentado mediante a multiplicação por um fator igual ou maior do que 1 (um), fator este que será uniforme para todos os Assistidos optantes, estabelecido pelas Patrocinadoras e homologado pelo Conselho Deliberativo, no prazo de até 15 (quinze) dias após a aprovação do processo de alteração regulamentar relativo à migração, e divulgado</p>	<p>Artigo 79 - Os Assistidos que recebiam renda vitalícia ou estruturada como benefício definido no plano de origem e optaram pela migração para o PAN fizeram jus à percepção de um benefício adicional, de pagamento único, correspondente ao benefício de renda mensal percebido no plano de origem, no mês anterior à Data Efetiva de Alteração e Migração. Referido benefício, de caráter extraordinário, foi pago uma única vez, no PAN, no mês seguinte à Data Efetiva de Alteração e Migração.</p> <p>Parágrafo único - A critério exclusivo das Patrocinadoras, o valor do benefício adicional previsto no <i>caput</i> pode ter o seu valor aumentado mediante a multiplicação por um fator igual ou maior do que 1 (um), fator este uniforme para todos os Assistidos optantes, estabelecido pelas Patrocinadoras e homologado pelo Conselho Deliberativo, no prazo de até 15 (quinze) dias após a aprovação do processo de alteração regulamentar relativo à migração, e</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>aos Participantes na campanha de divulgação que se seguirá à aprovação do processo.</p>	<p>divulgado aos Participantes na campanha de divulgação que se seguiu à aprovação do processo.</p>
<p>Artigo 79 - Aos Assistidos que optarem pela migração para o PAN será facultado o recebimento de até 20% (vinte por cento) do Saldo Total constituído no PAN pela transferência da reserva de migração, sob a forma de renda mensal por prazo certo.</p> <p>§ 1º - A faculdade prevista no caput deverá ser exercida e formalizada pelo Assistido por ocasião de sua opção pela migração e adesão ao PAN.</p> <p>§ 2º - A renda por prazo certo será calculada em número fixo de quotas patrimoniais e paga pelo prazo mínimo de 6 (seis) e máximo de 18 (dezoito) meses, a critério exclusivo do Assistido.</p> <p>§ 3º - O valor da renda mensal por prazo certo será mensalmente atualizado de acordo com o regime de quotas patrimoniais.</p> <p>§ 4º - A renda mensal por prazo certo observará a mesma data de pagamento da Renda Mensal Financeira e cessará automaticamente com o pagamento da última prestação, ao final do prazo definido pelo Assistido.</p> <p>§ 5º - Em caso de falecimento do Assistido, as prestações remanescentes serão pagas em parcela única aos Beneficiários e, na falta destes, às pessoas designadas ou levada a espólio.</p> <p>§ 6º - No caso de Assistidos egressos do PAP II, o percentual previsto no caput deste artigo corresponderá à diferença entre o percentual de 20% (vinte por cento) ali previsto e o percentual eventualmente já utilizado de forma similar, quando de sua migração do PAP para o PAP II.</p>	<p>Artigo 80 - Aos Assistidos que optaram pela migração para o PAN foi facultado o recebimento de até 20% (vinte por cento) do Saldo Total constituído no PAN pela transferência da reserva de migração, sob a forma de renda mensal por prazo certo.</p> <p>§ 1º - A faculdade prevista no caput foi exercida e formalizada pelo Assistido por ocasião de sua opção pela migração e adesão ao PAN.</p> <p>§ 2º - A renda por prazo certo foi calculada em número fixo de Quotas Patrimoniais e paga pelo prazo mínimo de 6 (seis) e máximo de 18 (dezoito) meses, a critério exclusivo do Assistido.</p> <p>§ 3º - O valor da renda mensal por prazo certo foi mensalmente atualizado de acordo com o regime de Quotas Patrimoniais.</p> <p>§ 4º - A renda mensal por prazo certo observou a mesma data de pagamento da Renda Mensal Financeira e cessou automaticamente com o pagamento da última prestação, ao final do prazo definido pelo Assistido.</p> <p>§ 5º - Em caso de falecimento do Assistido, as prestações remanescentes foram pagas em parcela única aos Beneficiários e, na falta destes, às pessoas designadas ou levada a espólio.</p> <p>§ 6º - No caso de Assistidos egressos do PAP II, o percentual previsto no caput deste artigo correspondeu à diferença entre o percentual de 20% (vinte por cento) ali previsto e o percentual eventualmente já utilizado de forma similar, quando de sua migração do PAP para o PAP II.</p>
<p>Artigo 80 - Os Participantes Ativos e Autopatrocínados do PAP que migrarem voluntariamente para o PAN farão jus, além do SALDO TOTAL constituído no plano de origem, à reserva necessária para garantia dos respectivos direitos acumulados relativos aos seguintes componentes do PAP:</p> <p>(a) reserva correspondente à garantia mínima prevista no artigo 26 do Regulamento do PAP, com evolução projetada até a data em que o Participante completaria os requisitos de elegibilidade para requerimento da Renda Mensal naquele Plano;</p> <p>(b) no caso dos Participantes egressos do extinto plano instituído pelo Regulamento Básico, estes farão jus ao recebimento da reserva necessária à garantia da proporcionalidade da Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade a que teriam direito de acordo com o referido Regulamento</p>	<p>Artigo 81 - Os Participantes Ativos e Autopatrocínados do PAP que migraram voluntariamente para o PAN fizeram jus, além do SALDO TOTAL constituído no plano de origem, à reserva necessária para garantia dos respectivos direitos acumulados relativos aos seguintes componentes do PAP:</p> <p>(a) reserva correspondente à garantia mínima prevista no artigo 26 do Regulamento do PAP, com evolução projetada até a data em que o Participante completaria os requisitos de elegibilidade para requerimento da Renda Mensal naquele Plano;</p> <p>(b) no caso dos Participantes egressos do extinto plano instituído pelo Regulamento Básico, estes fizeram jus ao recebimento da reserva necessária à garantia da proporcionalidade da Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade a que teriam direito de acordo com o referido</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>Básico, apurada no último dia do mês anterior ao da data de publicação do ato governamental de aprovação da alteração regulamentar visando a operação de migração. Referida reserva será calculada proporcionalmente ao tempo de vinculação à Patrocinadora computado até o último dia do mês anterior ao da data de publicação do ato governamental de aprovação da alteração regulamentar visando a operação de migração, considerando um acréscimo de quatro meses, tendo em vista a data prevista para concessão da renda mensal e o valor do benefício pleno a que o Participante teria direito caso tivesse permanecido no Plano Básico.</p>	<p>Regulamento Básico, apurada no último dia do mês anterior ao da data de publicação do ato governamental de aprovação da alteração regulamentar visando a operação de migração. Referida reserva foi calculada proporcionalmente ao tempo de vinculação à Patrocinadora computado até o último dia do mês anterior ao da data de publicação do ato governamental de aprovação da alteração regulamentar visando a operação de migração, considerando um acréscimo de quatro meses, tendo em vista a data prevista para concessão da renda mensal e o valor do benefício pleno a que o Participante teria direito caso tivesse permanecido no Plano Básico.</p>
<p>Artigo 81 - Os critérios de apuração da reserva necessária às garantias referidas no artigo 80 constam do Relatório Atuarial Circunstanciado e da Nota Técnica Atuarial que integram o processo de alteração regulamentar submetido à aprovação governamental, visando a migração. Parágrafo único - A reserva necessária às garantias estabelecidas no artigo 80 será atualizada de acordo com a variação do INPC/IBGE e creditada no Fundo F na data da migração ao PAN, passando a integrar o Saldo Total para todos os efeitos.</p>	<p>Artigo 82 - Os critérios de apuração da reserva necessária às garantias referidas no artigo 81 constam do Relatório Atuarial Circunstanciado e da Nota Técnica Atuarial que integraram o processo de alteração regulamentar submetido à aprovação governamental, visando a migração. Parágrafo único - A reserva necessária às garantias estabelecidas no artigo 81 foi atualizada de acordo com a variação do INPC/IBGE e creditada no Fundo F na data da migração ao PAN, passando a integrar o Saldo Total para todos os efeitos.</p>
<p>Artigo 82 - Na hipótese de haver reserva de contingência ou especial constituída no plano de origem, por ocasião da apuração das reservas de migração dos Participantes e Assistidos, a estas reservas de migração serão acrescidos os montantes de reserva de contingência ou especial que lhes for atribuível, cujo cálculo será realizado de acordo com os critérios descritos Relatório Atuarial Circunstanciado e da Nota Técnica Atuarial que integram o processo de alteração regulamentar submetido à aprovação governamental competente, visando a migração.</p>	<p>Artigo 83 - Na hipótese de haver reserva de contingência ou especial constituída no plano de origem, por ocasião da apuração das reservas de migração dos Participantes e Assistidos, a estas reservas de migração seriam acrescidos os montantes de reserva de contingência ou especial que lhes fosse atribuível, cujo cálculo foi realizado de acordo com os critérios descritos Relatório Atuarial Circunstanciado e da Nota Técnica Atuarial que integram o processo de alteração regulamentar submetido à aprovação governamental competente, visando a migração.</p>
<p>Artigo 83 - Aos Participantes Ativos e Autopatrocínados do PAP e PAP II que optarem pela migração para o PAN serão aplicáveis as regras de Contribuições Básicas, Adicionais e Voluntárias de Participantes e de Patrocinadoras previstas nos artigos 17 e 18.</p>	<p>Artigo 84 - Aos Participantes Ativos e Autopatrocínados do PAP e PAP II que optaram pela migração para o PAN são aplicáveis as regras de Contribuições Básicas, Adicionais e Voluntárias de Participantes e de Patrocinadoras previstas nos artigos 17 e 18.</p>
<p>Artigo 84 - Eventuais fundos coletivos atribuíveis às Patrocinadoras nos planos de origem e transferidos para o PAN, em razão da migração ocorrida, serão alocados no fundo previdencial referido no artigo 66, observados os critérios registrados no Relatório Atuarial Circunstanciado e na Nota Técnica Atuarial que integram o processo de alteração regulamentar submetido à aprovação governamental competente, visando a migração.</p>	<p>Artigo 85 - Eventuais fundos coletivos atribuíveis às Patrocinadoras nos planos de origem e transferidos para o PAN, em razão da migração ocorrida, foram alocados no fundo previdencial referido no artigo 67, observados os critérios registrados no Relatório Atuarial Circunstanciado e na Nota Técnica Atuarial que integraram o processo de alteração regulamentar submetido à aprovação governamental competente, visando a migração.</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>Artigo 85 - O tempo de vinculação ao plano de origem será considerado para todos os efeitos no PAN.</p>	<p>Artigo 86 - O tempo de vinculação ao plano de origem será considerado para todos os efeitos no PAN.</p>
<p>Seção II – Da Migração dos Planos Básico e Suplementar</p>	<p>Seção II – Da Migração dos Planos Básico e Suplementar</p>
<p>Artigo 86 - Aos Assistidos do Plano Básico e aos Participantes e Assistidos do Plano Suplementar, conforme o caso, na data da publicação da Portaria de aprovação das alterações efetuadas neste Regulamento pela autoridade governamental competente será assegurado o direito de optar por migrar para este Plano, observadas as condições estabelecidas nesta Seção.</p> <p>§ 1º - Aos Participantes do Plano Básico que se tornarem Assistidos entre o mês subsequente à data da publicação da Portaria de aprovação das alterações efetuadas neste Regulamento pela autoridade governamental competente e o vencimento do prazo estabelecido para opção pela migração será assegurado o direito de optar por migrar para este Plano.</p> <p>§ 2º - Não serão considerados Assistidos, para fins de direito à migração, os Participantes em gozo de Auxílio Doença pelo Plano Básico.</p> <p>§ 3º - A opção pela migração para este Plano deverá ser formulada, por escrito, mediante a celebração de termo de migração entre a Fundação e o Participante ou Assistido, conforme o caso.</p> <p>§ 4º - A partir da data da publicação da Portaria de aprovação das alterações efetuadas neste Regulamento pela autoridade governamental competente, a Fundação terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para encaminhamento do termo de migração aos Participantes e Assistidos dos Planos Básico e Suplementar, conforme o caso, observado o disposto no artigo 86 deste Regulamento.</p> <p>§ 5º - Observado o disposto no caput deste artigo, será concedido aos Participantes e Assistidos dos Planos Básico e Suplementar, conforme o caso, o prazo de 60 (sessenta) dias a contar do 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao do recebimento do termo de migração enviado pela Fundação e das respectivas informações, para exercerem sua opção pela migração para este Plano, firmando e devolvendo à Fundação o respectivo termo de migração, dentro deste prazo.</p> <p>§ 6º - Na hipótese da existência de mais de um Dependente de um mesmo Participante, em gozo de benefício, a opção pela migração para este Plano somente se efetivará se o termo de migração, que é único, estiver subscrito por todos os Dependentes ou seus procuradores, tutores ou curadores.</p> <p>§ 7º - A opção por migrar para este Plano é totalmente voluntária, mas será exercida em caráter irreversível e irretroatável e extingue o direito do Participante,</p>	<p>Artigo 87 - Aos Assistidos do Plano Básico e aos Participantes e Assistidos do Plano Suplementar, conforme o caso, na data aprovação das alterações efetuadas neste Regulamento pela autoridade governamental competente, ocorrida por meio da Portaria PREVIC nº 790, publicada no Diário Oficial da União de 06/09/2019, foi assegurado o direito de optar por migrar para este Plano, observadas as condições estabelecidas nesta Seção.</p> <p>§ 1º - Aos Participantes do Plano Básico que se tornaram Assistidos entre o mês subsequente à data referida no caput e o vencimento do prazo estabelecido para opção pela migração foi assegurado o direito de optar por migrar para este Plano.</p> <p>§ 2º - Não foram considerados Assistidos, para fins de direito à migração, os Participantes em gozo de Auxílio Doença pelo Plano Básico.</p> <p>§ 3º - A opção pela migração para este Plano foi formulada, por escrito, mediante a celebração de termo de migração entre a Fundação e o Participante ou Assistido, conforme o caso.</p> <p>§ 4º - Observado o disposto no <i>caput</i> deste artigo, foi concedido aos Participantes e Assistidos dos Planos Básico e Suplementar, conforme o caso, o prazo de 60 (sessenta) dias a contar do 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao do recebimento do termo de migração enviado pela Fundação e das respectivas informações, para exercerem sua opção pela migração para este Plano, firmando e devolvendo à Fundação o respectivo termo de migração.</p> <p>§ 5º - Na hipótese da existência de mais de um Dependente de um mesmo Participante, em gozo de benefício, a opção pela migração para este Plano foi efetivada mediante opção formalizada por todos os Dependentes ou seus procuradores, tutores ou curadores.</p> <p>§ 6º - A opção por migrar para este Plano foi totalmente voluntária e exercida em caráter irreversível e irretroatável, extinguindo o direito do Participante, seus Dependentes, Beneficiários Indicados e herdeiros legais de se beneficiarem de qualquer disposição dos Planos Básico e Suplementar.</p> <p>§ 7º - No caso de falecimento de Participante ou Assistido que tenha optado por migrar a reserva de migração para este Plano, antes da efetiva migração, prevaleceu a vontade do Participante ou Assistido, conforme o caso, de acordo</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>seus Dependentes, Beneficiários Indicados e herdeiros legais de se beneficiarem de qualquer disposição dos Planos Básico e Suplementar.</p> <p>§ 8º - No caso de ocorrer o falecimento de Participante ou Assistido que tenha optado por migrar a reserva de migração para este Plano, antes da efetiva migração, prevalecerá a vontade do Participante ou Assistido, conforme o caso, de acordo com o termo de migração, observadas as regras previstas neste Plano.</p> <p>§ 9º No ato da opção pela migração, o Participante ativo do Plano Suplementar autorizará o processamento dos descontos das contribuições em folha de pagamento.</p> <p>§ 10 - No ato da opção pela migração, o Assistido definirá o percentual a ser aplicado sobre o Saldo Total para recebimento da sua Renda Mensal Financeira por este Plano, observado o disposto nos artigos 27 e 88 deste Regulamento.</p> <p>§ 11 - Mediante aprovação da autoridade governamental competente, o Conselho Deliberativo da Fundação poderá estabelecer novos prazos para oportunizar a migração e adesão dos Participantes e Assistidos dos Planos Básico e Suplementar a este Plano.</p>	<p>com o termo de migração, observadas as regras previstas neste Plano.</p> <p>§ 8º - Mediante aprovação da autoridade governamental competente, o Conselho Deliberativo da Fundação poderá estabelecer novos prazos para oportunizar a migração e adesão dos Participantes e Assistidos dos Planos Básico e Suplementar a este Plano, observadas as diretrizes previstas neste Capítulo.</p>
<p>Artigo 87 - As reservas de migração dos Participantes e Assistidos dos Planos Básico e Suplementar, conforme o caso, que optarem pela migração para este Plano serão apuradas em avaliação atuarial especialmente elaborada para o processo de migração de que trata esta Seção, observadas as regras definidas nos respectivos planos de origem, constantes do Relatório da Operação e Nota Técnica que integram o processo submetido à aprovação da autoridade governamental competente, respeitados, em todos os casos, o direito acumulado e adquirido, na forma da legislação aplicável.</p> <p>§ 1º - As reservas de migração, apuradas na forma dos Regulamentos dos planos de origem, serão transferidas para este Plano no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do término do prazo fixado para formalização da opção pela migração.</p> <p>§ 2º - As reservas de migração dos Participantes oriundos do Plano Suplementar serão alocadas nos Fundos A, B, C, D, E, F e/ou G deste Plano, observados os mesmos valores e natureza em que foram contabilizados no Plano Suplementar, de acordo com a quota patrimonial do mês de transferência.</p> <p>§ 3º - As reservas de migração dos Assistidos que optarem por migrar para este Plano constituirão o seu Saldo Total, que servirá de base para a concessão da renda mensal financeira assegurada por este Plano.</p>	<p>Artigo 88 - As reservas de migração dos Participantes e Assistidos dos Planos Básico e Suplementar, conforme o caso, que optaram pela migração para este Plano, já transferidas, foram apuradas em avaliação atuarial especialmente elaborada para o processo de migração de que trata esta Seção, observadas as regras definidas nos respectivos planos de origem, constantes do Relatório da Operação e Nota Técnica que integraram o processo submetido à aprovação da autoridade governamental competente, respeitados, em todos os casos, o direito acumulado e adquirido, na forma da legislação aplicável.</p> <p>§ 1º - As reservas de migração dos Participantes oriundos do Plano Suplementar foram alocadas nos Fundos A, B, C, D, E, F e/ou G deste Plano, observados os mesmos valores e natureza em que foram contabilizados no Plano Suplementar, de acordo com a Quota Patrimonial do mês de transferência.</p> <p>§ 2º - As reservas de migração dos Assistidos que optaram por migrar para este Plano constituíram o seu Saldo Total, que serviu de base para a concessão da renda mensal financeira assegurada por este Plano.</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
<p>Artigo 88 - Aos Assistidos que optarem pela migração para este Plano será facultado o recebimento de até 20% (vinte por cento) do Saldo Total constituído em seu nome com a reserva de migração, sob a forma de renda por prazo certo, pelo regime de quotas patrimoniais, pelo prazo mínimo de 6 (seis) e máximo de 18 (dezoito) meses, a critério exclusivo do Assistido.</p> <p>§ 1º - A opção de que trata o caput deverá ser formalizada pelo Assistido no ato da opção pela migração e adesão a este Plano.</p> <p>§ 2º - O valor da renda mensal por prazo certo será mensalmente atualizado de acordo com o regime de quotas patrimoniais.</p> <p>§ 3º - A renda mensal por prazo certo observará a mesma data de pagamento da Renda Mensal Financeira e cessará automaticamente com o pagamento da última prestação, ao final do prazo definido pelo Assistido.</p> <p>§ 4º - Em caso de falecimento do Assistido, as prestações remanescentes serão pagas em parcela única aos Beneficiários e, na falta destes, à(s) pessoa(s) designada(s) ou levada a espólio.</p>	<p>Artigo 89 - Aos Assistidos que optaram pela migração para este Plano foi facultado o recebimento de até 20% (vinte por cento) do Saldo Total constituído em seu nome com a reserva de migração, sob a forma de renda por prazo certo, pelo regime de Quotas Patrimoniais, pelo prazo mínimo de 6 (seis) e máximo de 18 (dezoito) meses, a critério exclusivo do Assistido.</p> <p>§ 1º - A opção de que trata o <i>caput</i> foi formalizada pelo Assistido no ato da opção pela migração e adesão a este Plano.</p> <p>§ 2º - O valor da renda mensal por prazo certo foi mensalmente atualizado de acordo com o regime de Quotas Patrimoniais.</p> <p>§ 3º - A renda mensal por prazo certo observou a mesma data de pagamento da Renda Mensal Financeira, cessando automaticamente com o pagamento da última prestação, ao final do prazo definido pelo Assistido.</p> <p>§ 4º - Em caso de falecimento do Assistido, as prestações remanescentes foram pagas em parcela única aos Beneficiários e, na falta destes, à(s) pessoa(s) designada(s) ou levada a espólio.</p>
<p>Artigo 89 - Caso na data da apuração das reservas de migração seja verificada reserva de contingência ou especial, os respectivos valores serão acrescidos aos valores das reservas de migração, na forma prevista nos Regulamentos dos respectivos Planos Básico e Suplementar.</p> <p>Parágrafo único - A parcela de eventual reserva especial atribuível às Patrocinadoras e vinculada aos Participantes e Assistidos que optarem pela migração será alocada no fundo previdencial deste Plano.</p>	<p>Artigo 90 - Caso na data da apuração das reservas de migração fosse verificada reserva de contingência ou especial, os respectivos valores seriam acrescidos aos valores das reservas de migração, na forma prevista nos Regulamentos dos respectivos Planos Básico e Suplementar.</p> <p>Parágrafo único - A parcela de eventual reserva especial atribuível às Patrocinadoras e vinculada aos Participantes e Assistidos que optaram pela migração foi alocada no fundo previdencial deste Plano.</p>
<p>Artigo 90 - As Patrocinadoras assumem integral responsabilidade por eventuais insuficiências vinculadas às provisões matemáticas de benefícios concedidos nos planos de origem, referentes aos Assistidos que optarem pela migração, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial e da Avaliação Atuarial especialmente elaborada para o processo de migração.</p>	<p>Artigo 91 - As Patrocinadoras assumiram integral responsabilidade por eventuais insuficiências vinculadas às provisões matemáticas de benefícios concedidos nos planos de origem, referentes aos Assistidos que optaram pela migração, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial e da Avaliação Atuarial especialmente elaborada para o processo de migração.</p>
<p>Artigo 91 - Aos Participantes Ativos, Autopatrocinados e Vinculados que optarem pela migração para este Plano serão aplicáveis as regras de contribuições previstas neste Regulamento.</p>	<p>Artigo 92 - Aos Participantes Ativos, Autopatrocinados e Vinculados que optaram pela migração para este Plano serão aplicáveis as regras de contribuições previstas neste Regulamento.</p>
<p>Artigo 92 - Aos Assistidos que optarem pela migração para este Plano serão aplicáveis as regras relativas ao benefício de Renda Mensal Financeira previstas neste Regulamento.</p>	<p>Artigo 93 - Aos Assistidos que optaram pela migração para este Plano são aplicáveis as regras relativas ao benefício de Renda Mensal Financeira previstas neste Regulamento.</p>
<p>Artigo 93 - Eventuais fundos coletivos atribuíveis às Patrocinadoras nos planos de origem e transferidos para o PAN, em razão da migração ocorrida, serão alocados</p>	<p>Artigo 94 - Eventuais fundos coletivos atribuíveis às Patrocinadoras nos planos de origem e transferidos para o PAN, em razão da migração ocorrida, foram</p>

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
no fundo previdencial referido no artigo 66, observados os critérios registrados no Relatório da Operação e na Nota Técnica Atuarial que integram o processo de alteração regulamentar submetido à aprovação governamental competente, visando a migração.	alocados no fundo previdencial referido no artigo 67 , observados os critérios registrados no Relatório da Operação e na Nota Técnica Atuarial que integraram o processo de alteração regulamentar submetido à aprovação governamental competente, visando a migração.
Artigo 94 - O tempo de vinculação ao plano de origem será considerado para todos os efeitos neste Plano.	Artigo 95 - O tempo de vinculação ao plano de origem será considerado para todos os efeitos neste Plano.
GLOSSÁRIO	GLOSSÁRIO
Beneficiário – os dependentes do Participante reconhecidos pela Previdência Social, regularmente inscritos no Plano.	Beneficiário – os dependentes do Participante reconhecidos pela Previdência Social .
Conselho Deliberativo – é o órgão responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da FUNEPP, conforme disposto em seu Estatuto Social.	Conselho Deliberativo – é o órgão estatutário responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da FUNEPP, conforme disposto em seu Estatuto Social.
Contribuição Básica de Participante – contribuição obrigatória e mensal paga pelo Participante.	Contribuição Básica de Participante – contribuição mensal paga pelo Participante.
Contribuição Adicional de Participante – contribuição facultativa paga mensalmente pelo Participante.	Contribuição Adicional de Participante – contribuição paga mensalmente pelo Participante.
Contribuição Voluntária de Participante – contribuição facultativa paga esporadicamente pelo Participante.	Contribuição Voluntária de Participante – contribuição paga esporadicamente pelo Participante.
Contribuição Básica de Patrocinadora – contribuição obrigatória e mensal paga pela Patrocinadora, incidente sobre a Contribuição Básica do Participante.	Contribuição Básica de Patrocinadora – contribuição mensal paga pela Patrocinadora, incidente sobre a Contribuição Básica do Participante.
Contribuição Adicional de Patrocinadora – contribuição obrigatória e mensal paga pela Patrocinadora, incidente sobre a Contribuição Adicional de Participante, nos limites previstos neste regulamento.	Contribuição Adicional de Patrocinadora – contribuição mensal paga pela Patrocinadora, incidente sobre a Contribuição Adicional de Participante, nos limites previstos neste regulamento.
	Data Efetiva da Alteração 2021 – data definida no § Único do artigo 73, a partir da qual serão posicionadas determinadas regras deste Regulamento.
Diretoria Executiva – É o órgão da FUNEPP responsável pela prática de todos os atos da administração, bem como pelo cumprimento e execução das diretrizes fundamentais e normas gerais baixadas pelo Conselho Deliberativo, conforme definido no Estatuto Social.	Diretoria Executiva – É o órgão estatutário da FUNEPP responsável pela prática de todos os atos da administração, bem como pelo cumprimento e execução das diretrizes fundamentais e normas gerais baixadas pelo Conselho Deliberativo, conforme definido no Estatuto Social.
FUNEPP – Fundação Nestlé de Previdência Privada.	FUNEPP ou Fundação – Fundação Nestlé de Previdência Privada.
Fundo Administrativo – conta mantida pela FUNEPP onde serão creditadas as contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas.	Fundo Administrativo – conta mantida pela FUNEPP onde serão creditados os recursos destinados ao custeio das despesas administrativas.
	Perfis de Investimentos - significará as opções de investimentos que, conforme disciplinado na Seção III do Capítulo III, poderão ser disponibilizadas pela Fundação aos Participantes e Assistidos.

FUNEPP - QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE APOSENTADORIA NESTLÉ – PAN

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
Plano de Aposentadoria Nestlé - PAN – Plano de Benefícios constituído na forma deste Regulamento, com as alterações que lhe forem introduzidas.	Plano de Aposentadoria Nestlé - PAN ou Plano ou PAN – Plano de Benefícios constituído na forma deste Regulamento, com as alterações que lhe forem introduzidas.
Quota patrimonial – valor apurado mensalmente de acordo com o resultado das aplicações do património dos planos administrados pela FUNEPP, incluindo juros, atualização monetária, bens imóveis, ganhos e perdas sobre bens mobiliários, ganhos e perdas de capital, realizados ou não, deduzidas as exigibilidades e custo administrativo.	Quota Patrimonial – valor apurado mensalmente de acordo com o resultado das aplicações do património do Plano, observado o respectivo Perfil de Investimento, quando aplicável, incluindo juros, atualização monetária, bens imóveis, ganhos e perdas sobre bens mobiliários, ganhos e perdas de capital, realizados ou não, deduzidas as exigibilidades e custo administrativo.